



CONSULTORIA JURÍDICA LEGISLATIVA

PARECER 90-A/2022 CJLEG

PROTOCOLO: 3413/2022

DATA ENTRADA: 17 de agosto de 2022

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 122 de 2022

Ementa: Altera Lei Complementar nº 066, 20 de maio de 2019, e dá outras providências.

1. RELATÓRIO

Trata-se de **PARECER JURÍDICO**, apresentado ao Relator(a) das Comissões Permanentes pertinentes, sobre o projeto de lei complementar nº 122 que Altera a Lei Complementar nº 066, 20 de maio de 2019, e dá outras providências, de autoria do **Prefeito Rodrigo Pinheiro**.

Em observância às prerrogativas legais e regimentais ao qual está inserido, é o parecer para expor fundamentadamente o entendimento quanto à sua constitucionalidade, legalidade e instrumentalidade processual legislativa, observando, sobremaneira, a Constituição Estadual de Pernambuco, a Lei Orgânica do Município de Caruaru e o Regimento Interno da Câmara Municipal de Caruaru.

Segundo justificativa anexa ao projeto: *Encaminho para apreciação de Vossas Excelências a presente mensagem com o fito de propor e justificar aos insígnies representantes dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei Complementar anexo que “Altera Lei Complementar nº 066, 20 de maio de 2019, e dá outras providências.” O Projeto de Lei propõe uma nova redação para o § 2º da Lei Complementar nº 066, de 20 de maio de 2019/ Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos da Guarda Municipal e da Autarquia de Mobilidade, Trânsito e Transporte de Caruaru. Os Guardas Municipais são membros dos Órgão de Segurança Pública à luz do § 8º, do Artigo 144 da Constituição Federal, da Lei Federal nº 13.022, de 08 de Agosto de 2014 e da Lei Federal nº 13.675, de 11 de Junho de 2018, portanto exercem atividades de iminente perigo à vida. A*



gratificação de risco de vida, também denominada gratificação de periculosidade, é vantagem pecuniária, instituídas por lei, que são atribuídas a servidores que prestem serviço em condições especiais de segurança. São denominadas gratificações propter laborem, que na dicção do Mestre Hely Lopes Meirelles, “é aquela que a Administração institui para recompensar riscos ou ônus decorrentes de trabalhos normais executados em condições anormais de perigo ou de encargos para o servidor, tais como os serviços realizados com riscos de vida e saúde ...” Posto isto, espero, pois, a pertinente e justa apreciação da propositura acostada e contamos com a colaboração de Vossas Excelências para a devida tramitação desse Projeto de Lei e sua oportuna aprovação plenária. Aproveito o ensejo para renovar votos de consideração e apreço”.

É o relatório.

Passo a opinar.

2 DA SISTEMÁTICA NO PROCESSO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARUARU E DA MANIFESTAÇÃO DA CONSULTORIA JURÍDICA LEGISLATIVA.

Ab initio, impende salientar que a emissão de parecer por esta Consultoria Jurídica Legislativa não substitui a vontade dos Ilustres Vereadores que compõe as Comissões permanentes, porquanto estas são compostas pelos representantes eleitos e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento.

Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa. De qualquer sorte, torna-se de suma importância algumas considerações sobre a possibilidade e compatibilidade sistemática adotada para o processo legislativo no âmbito desta Casa de Leis de Caruaru.

O Regimento Interno dessa Casa Legislativa dispõe as atribuições da Consultoria Jurídica Legislativa, senão vejamos:

Art. 91 – Nenhum projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo, será submetido à deliberação do Plenário sem que tenha recebido parecer escrito das respectivas Comissões Permanentes ou de Comissão Especial.



Art. 133 – Recebido o projeto de lei o Presidente despachará encaminhando-o a uma ou mais comissões para receber parecer, de acordo com a natureza da matéria nele contido.

Art. 274 – As deliberações das Comissões serão assessoradas pela Consultoria Jurídica Legislativa, que assegurará a legalidade dos atos relacionados às atribuições do Poder Legislativo Municipal. (Alterado pela Resolução nº 615/2019)

Assim sendo, as referidas normas estabelecem expressamente a possibilidade de assessoramento jurídico sobre as proposições legislativas.

A sistemática adotada ressalte-se, não é exclusividade de Caruaru, sendo adotada por diversas outras Câmaras Municipais brasileiras. Ainda assim, a opinião técnica desta Consultoria Jurídica é estritamente jurídica e opinativa, não podendo substituir a manifestação das Comissões Legislativas permanentes, pois a vontade do Parlamento deve ser cristalizada através da vontade do povo, aqui efetivada por meio de seus representantes eleitos.

Desta feita, são estes mesmos representantes que melhor podem analisar todas as circunstâncias e nuances (questões sociais e políticas) de cada proposição. Por essa razão, em síntese, a manifestação deste órgão de assessoramento jurídico, autorizada por norma deste Parlamento municipal, serve apenas como norte, em caso de concordância, para o voto dos edis caruaruenses, não havendo substituição e obrigatoriedade em sua aceitação e, portanto, não atentando contra a soberania popular representada pela manifestação dos Vereadores.

3 ADMISSIBILIDADE, ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA E COMPETÊNCIA.

O projeto de lei complementar em enfoque está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, estando devidamente subscrito digitalmente por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade do disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal e a boa técnica redacional.



Observa-se que o autor articulou justificativa escrita, atendendo ao disposto na norma regimental. A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, cumpridos os requisitos de admissibilidade.

Quanto à competência, vê-se que a matéria – modifica o adicional de risco de vida dos agentes da Guarda Municipal e da Autarquia de Mobilidade, Trânsito e Transporte de Caruaru – não repercute na competência dos entes maiores, sendo matéria afeita ao interesse local, nos termos do Art. 30, inciso V, da CRFB:

Art. 30. Compete aos Municípios:

(...)

V - **organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos** de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

Desta forma, indubitável que é competência desse ente público legislar sobre a matéria em esboço.

4 DO QUÓRUM DE APROVAÇÃO

A Câmara somente pode deliberar com a presença da maioria absoluta dos Vereadores, adotando, *in caso*, a votação nominal e por maioria simples, nos termos do art. 115, §1º do Regimento Interno, *verbis*:

Art. 115 – As deliberações da Câmara serão tomadas por maioria simples, maioria absoluta e por dois terços de seus membros.

§ 3º - **Por maioria de dois terços** de seus membros a Câmara deliberará sobre:

b) as leis que envolvam matéria financeira de qualquer natureza, alienação de bens imóveis e concessão de direito de uso e de serviços públicos;

Por fim, sendo aprovado em duas votações, o mesmo será enviado para o devido autógrafo e posterior sanção ou veto do Executivo, tudo conforme os trâmites previstos na legislação municipal¹.

¹ **Art. 138** – O projeto de lei, após a sua aprovação pelo Plenário em dois turnos de votação, será assinado pelo Presidente e 1º e 2º Secretários, e dentro de dez dias será encaminhado ao Prefeito, que terá o prazo de quinze dias úteis para sancioná-lo ou vetá-lo total ou parcialmente.

5 MÉRITO

O projeto de lei complementar nº 123/22 é de autoria do Poder Executivo do município, a proposição possui a intenção de alterar o parágrafo 2º, do Artigo 17, da Lei Complementar 066, de 20 de maio de 2019.

A lei complementar nº 066/2019, alterado pela Lei Complementar nº 077/2021, que trata sobre o plano de cargos e carreiras e Vencimentos da Guarda Municipal e da Autarquia de Mobilidade, Trânsito e Transporte de Caruaru, a nova proposição pretende **trazer um acréscimo no adicional de risco de vida dos agentes**, na antiga legislação **o adicional era de 30%** com o novo projeto o valor **passa a ser 50%**, abaixo o Art.1º do projeto mencionado.

Art. 1º Fica alterado o parágrafo 2º do Artigo 17 da Lei Complementar 066, de 20 de maio de 2019, passando a vigorar com a seguinte redação:

”Art. 17. ...

§ 2º Adicional de Risco de Vida: assegurado ao Guarda Municipal e ao Agente de Trânsito e Transportes, quando no exercício de suas atribuições, a percepção de Adicional de Risco de Vida, em percentual de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o padrão base de vencimento do cargo ocupado pelo Guarda Municipal e pelo Agente de Trânsito e Transportes.” (NR)

O regimento interno desta casa legislativa elenca um rol de proposições exclusivas do poder executivo do município, no projeto de lei em questão o objeto principal trata-se de matéria financeira, que por sua vez possui competência do poder executivo municipal.

Art. 131 – É da **competência exclusiva do Prefeito** a iniciativa das leis que:

I – **disponham sobre matéria financeira**, tributária, orçamentária e plano plurianual, assim como as que versem sobre alienação de bens imóveis, concessão de direito de uso, e concessão e permissão de serviços públicos;

Segue quadro comparativo:

LEGISLAÇÃO ATUAL	REDAÇÃO DO PROJETO DE LEI
<p>Art. 17. A remuneração dos servidores municipais efetivos ocupantes dos cargos de Guardas Municipais e Agentes de Trânsito é paga em razão do efetivo exercício do cargo, correspondentes ao valor fixado na tabela de vencimentos vigente (Anexo III), acrescidas as seguintes vantagens e gratificações: (NR)</p> <p>(...)</p> <p>§ 2º Adicional de Risco de Vida: assegurado ao Guarda Municipal e ao Agente de Trânsito e Transportes, quando no exercício de suas atribuições, a percepção de Adicional de Risco de Vida, em percentual de 30% (trinta por cento), calculado sobre o padrão base de vencimento do cargo ocupado pelo Guarda Municipal e pelo Agente de Trânsito e Transportes. (AC)</p>	<p>Art. 17. A remuneração dos servidores municipais efetivos ocupantes dos cargos de Guardas Municipais e Agentes de Trânsito é paga em razão do efetivo exercício do cargo, correspondentes ao valor fixado na tabela de vencimentos vigente (Anexo III), acrescidas as seguintes vantagens e gratificações: (NR)</p> <p>(...)</p> <p>§ 2º Adicional de Risco de Vida: assegurado ao Guarda Municipal e ao Agente de Trânsito e Transportes, quando no exercício de suas atribuições, a percepção de Adicional de Risco de Vida, em percentual de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o padrão base de vencimento do cargo ocupado pelo Guarda Municipal e pelo Agente de Trânsito e Transportes.” (NR)</p>

Para fazer jus ao aumento da despesa pública, o Chefe do Executivo junta a memória de cálculo de impacto orçamentário financeiro, bem como a estimativa do impacto, nos termos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Além do mais, a compensação dos efeitos financeiros da despesa aumentada será compensada mediante o aumento da arrecadação municipal, conforme exposto pelo Autor.

MEMÓRIA DE CÁLCULO DA ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO PARA GASTO COM PESSOAL

FINALIDADE: Atualização do percentual de Adicional de Risco de Vida para Guardas Municipais e Agentes de Trânsito e Transporte.

JUSTIFICATIVA: A presente estimativa de impacto orçamentário-financeiro para gasto com pessoal está em consonância com o disposto no inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000 e com o §1º e incisos do art. 169 da Constituição Federal.

O aumento da despesa considerando o novo percentual de adicional de risco de vida foi apurado da seguinte forma:

Aumento da despesa total = despesa anual com aumento de percentual de adicional de risco de vida – despesa atual com adicional de risco de vida = R\$ 2.639.876,19 (para o período de 2022 a 2024).

Para o cálculo do impacto financeiro, foram utilizadas como parâmetro a Disponibilidade de Caixa Líquida previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor, conforme segue:

Ano	Disponibilidade de Caixa Líquida Prevista
2022	R\$ 41.710.000,00
2023	R\$ 43.066.000,00
2024	R\$ 44.465.000,00

Dividindo o valor do aumento da despesa no ano pela Disponibilidade de Caixa Líquida correspondente a cada ano, obtêm-se os seguintes impactos financeiros:

Ano	Impacto Financeiro
2022	1,18%
2023	2,49%
2024	2,42%

Ressalte-se que a despesa aumentada não afeta as metas de resultados fiscais previstas no competente anexo da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ademais, a compensação dos efeitos financeiros decorrentes da renúncia ocorrerá mediante planejamento fiscal para aumento da arrecadação própria e diminuição de outras despesas. O impacto financeiro será de, no máximo, 2,49% do total de receita estimada para os exercícios de 2022 a 2024, respeitar-se-á, inclusive, o disposto no art. 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

AÇÃO GOVERNAMENTAL
Despesa obrigatória de caráter continuado derivada de lei ou ato administrativo normativo com execução superior a dois exercícios.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO GOVERNAMENTAL
Atualização do percentual de Adicional de Risco de Vida para os Guardas Municipais e Agentes de Trânsito e Transporte

CARACTERIZAÇÃO DA DESPESA
Altera o percentual de adicional de risco de vida

Para o cálculo do impacto financeiro, foram utilizadas como parâmetro o Total de Receitas previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias em vigor, conforme segue:

TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES PREVISTAS		
2022	2023	2024
R\$ 932.260.000,00	R\$ 961.603.000,00	R\$ 991.876.000,00

PREVISÃO DE AUMENTO DA DESPESA COM A ATUALIZAÇÃO DO PERCENTUAL DE ADICIONAL DE RISCO DE VIDA		
VALOR DO AUMENTO DA DESPESA / PERCENTUAL EM RELAÇÃO AO TOTAL DE RECEITAS CORRENTES PREVISTAS		
EXERCÍCIO 2022	EXERCÍCIO 2023	EXERCÍCIO 2024
R\$ 491.940,33	R\$ 1.073.967,93	R\$ 1.073.967,93
0,05%	0,11%	0,11%

FONTE DE RECURSO	Recursos Próprios
DOTAÇÃO	3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
	3.1.91.13.00 Obrigações Patronais

COMPENSAÇÃO DE EFEITOS FINANCEIROS NA CRIAÇÃO OU AUMENTO DE RECEITA
A compensação dos efeitos financeiros da despesa criada/aumentada será mediante: Aumento da arrecadação municipal;
<p>_____ Ordenador da Despesa Data: 17/08/2022</p>



Para o Superior Tribunal de Justiça a gratificação do risco de vida visa compensar financeiramente o servidor que exerce suas atividades sob o risco de vida ou à saúde, eis o enxerto:

RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ESTADO DE RORAIMA. POLICIAL CIVIL. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE CUMULADO COM GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE VIDA. IMPOSSIBILIDADE. I - Inexiste previsão legal para o pagamento de Adicional de Periculosidade aos Policiais Cíveis do Estado de Roraima, tendo em vista que a Lei Orgânica da Polícia Civil daquele Estado só estende a estes gratificações, indenizações e auxílios previstos no estatuto dos servidores públicos civis. II - Tanto a adicional de periculosidade quanto a gratificação de risco de vida visam compensar financeiramente o servidor que exerce suas atividades sob risco de vida ou à saúde, razão pela qual não podem ser cumuladas. Recurso ordinário desprovido. (STJ - RMS: 20790 RR 2005/0161538-0, Relator: Ministro FELIX FISCHER, Data de Julgamento: 15/03/2007, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJ 16/04/2007 p. 217)

Sendo assim, conclui-se, pela constitucionalidade do presente projeto de lei, visto que respeita a independência e a harmonia entre os Poderes consagrados.

6 EMENDAS

Não foram oferecidas emendas parlamentares.

7 CONCLUSÃO

Diante do exposto, pelos motivos supracitados, opina – de modo não vinculante - a Consultoria Jurídica - pela **legalidade e constitucionalidade do projeto de lei complementar nº 122 de 2022.**

É o parecer. À conclusão superior.

Câmara Municipal de Caruaru-PE, 22 de agosto de 2022.

ANDERSON MÉLO

OAB-PE 33.933D

[ANALISTA LEGISLATIVO- ESP. DIREITO]



JOSE ISRAEL DE LIMA NETO
ESTAGIÁRIO DE DIREITO – CJL

De acordo.

JOSÉ FERREIRA DE LIMA NETTO
CONSULTOR JURÍDICO GERAL